

EDP SMART ENERGIA LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.296	15.132
Consumidores e concessionárias	4	49.638	39.146
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	2.934	1.351
Outros tributos compensáveis	5	4.403	3.185
PIS e COFINS diferidos	6	31.828	24.791
Cauções e depósitos vinculados	7	1.816	1.732
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	9	382.945	290.711
Outros créditos	10	925	624
Total do Ativo Circulante		488.785	376.672
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	6	27.287	26.073
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	9	356.788	323.272
		384.075	349.345
Imobilizado	11	726	2.338
Intangível		195	101
		921	2.439
Total do Ativo Não circulante		384.996	351.784
TOTAL DO ATIVO		873.781	728.456
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	49.519	36.197
Outros tributos a recolher	5	8.612	4.016
PIS e COFINS diferidos	6	35.422	26.891
Dividendos	13	7.524	1.171
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	9	344.090	268.009
Outras contas a pagar	10	1.876	1.883
Total do Passivo Circulante		447.043	338.167
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	6	33.003	29.903
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	29.975	17.910
Provisões	14	1	13
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	9	294.995	281.867
Outras contas a pagar	10	964	2.336
Total do Passivo Não circulante		358.938	332.029
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	23.704	20.556
Reservas de lucros	15.2	44.096	15.748
Lucros acumulados			21.956
Total do Patrimônio líquido		67.800	58.260
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		873.781	728.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas	16	572.252	348.667
Custos	17		
Custo do serviço de energia elétrica		(512.862)	(306.832)
Custo de operação		(9.317)	(6.683)
		<u>(522.179)</u>	<u>(313.515)</u>
Lucro bruto		<u>50.073</u>	<u>35.152</u>
Despesas e Receitas operacionais	17		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(454)	(28)
Despesas gerais e administrativas		(6.677)	(1.509)
		<u>(7.131)</u>	<u>(1.537)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>42.942</u>	<u>33.615</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		3.123	1.332
Despesas financeiras		(143)	(277)
		<u>2.980</u>	<u>1.055</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>45.922</u>	<u>34.670</u>
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.175)	(394)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.065)	(10.942)
		<u>(14.240)</u>	<u>(11.336)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>31.682</u>	<u>23.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	31.682	23.334
Resultado abrangente do exercício	<u><u>31.682</u></u>	<u><u>23.334</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.531	15.748	-	20.279
Aumento de capital aprovado em 29/04/2022	16.025			16.025
Reversão de dividendos		(3.185)		(3.185)
Lucro líquido do exercício			23.334	23.334
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.378)	(1.378)
Dividendo adicional aprovado		3.185		3.185
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.556	15.748	21.956	58.260

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.556	15.748	21.956	58.260
Aumento de capital - 16 ACS 27/12/2023	3.148	(3.148)		-
Reserva de retenção de lucros - 15 ACS 28/04/2023		21.956	(21.956)	-
Reversão de reserva para destinação de dividendos - 16 ACS 27/12/2023		(14.000)		(14.000)
Lucro líquido do exercício			31.682	31.682
Constituição de reserva legal		1.584	(1.584)	-
Reserva de retenção de lucros		21.956	(21.956)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(4.118)	(4.118)
Dividendo adicional aprovado			(4.024)	(4.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.704	44.096	-	67.800

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		45.922	34.670
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		3.380	3.234
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		454	28
Depreciações e amortizações		152	165
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		106	215
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(12)	2
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo		(36.541)	(34.973)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(212)	(189)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(116)	(124)
		<u>13.133</u>	<u>3.028</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(10.946)	(22.268)
Outros tributos compensáveis		(56.401)	(33.554)
Cauções e depósitos vinculados		128	(77)
Outros ativos operacionais		(301)	(121)
		<u>(104.061)</u>	<u>(90.993)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		13.322	16.887
Outros tributos a recolher		58.049	35.156
Outros passivos operacionais		176	738
		<u>71.547</u>	<u>52.781</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(19.381)</u>	<u>(35.184)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.530)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(21.911)</u>	<u>(35.184)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(130)	(48)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(130)</u>	<u>(48)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social líquido do custo de emissão			10.725
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(15.171)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(165)	(312)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento	21.1	<u>(15.336)</u>	<u>10.413</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(37.377)</u>	<u>(24.819)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.296	15.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.132	4.978
		<u>(836)</u>	<u>10.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Smart Energia Ltda. (Empresa ou EDP Smart Energia) é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 30 de junho de 2017 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; (iii) participar em outras empresas como sócia; e (iv) realizar parcerias comerciais;

Em 17 de outubro de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Empresa a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme despacho nº 2.379, a Empresa tem autorização para atuar como Comercializador varejista e Comercializador livre.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 4.2); Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado (Nota 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (sale and leaseback).	IAS1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.601	3.005
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	3.084
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	3.2	9.611
	12.695	12.127
Total	14.296	15.132

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras da Empresa estão remuneradas a taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

3.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 85,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Nota	Circulante						
		Valores Correntes				PECLD (Nota 4.2)	Valor líquido em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
		A vencer		Vencidas				
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Cientes livres	4.1	48.726	190	40	148	(148)	48.956	35.234
		48.726	190	40	148	(148)	48.956	35.234
Concessionárias								
Suprimento de energia elétrica		263					263	3.206
Energia de curto prazo							-	116
		263	-	-	-	-	263	3.322
Cientes								
Outros clientes		365	54		402	(402)	419	590
Total		365	54	-	402	(402)	419	590
		49.354	244	40	550	(550)	49.638	39.146

4.1 Clientes livres e Suprimento de Energia Elétrica

A variação na rubrica refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada. Antes esses contratos estavam sob a gestão da controlada em comum EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa.

4.2 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Empresa, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, estes são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Revisão de risco PECLD	Saldo em 31/12/2023
Consumidores			
Cientes livres	-	(148)	(148)
	-	(148)	(148)
Concessionárias			
Cientes	(96)	(306)	(402)
Total Circulante	(96)	(306)	(402)
Total	(96)	(454)	(550)

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		1.351		115	2.278	(207)	(603)	2.934
Total Circulante		1.351	-	115	2.278	(207)	(603)	2.934
Outros tributos compensáveis								
ICMS		100	37		1.126		(1.123)	140
PIS e COFINS	5.1	1.138	52.257	6			(49.632)	3.769
IRRF sobre aplicações financeiras		165	525				(410)	280
IR/CS retidos sobre faturamento		215	522				(523)	214
Outros		1.567	1.934				(3.501)	-
Total Circulante		3.185	55.275	6	1.126	-	(55.189)	4.403
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	2.175		(252)		(1.923)	-
Total Circulante		-	2.175	-	(252)	-	(1.923)	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	5.2	3.690	81.079	5	(76.510)		(1.123)	7.141
PIS e COFINS		2	52.744				(52.746)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		29	1.026		(324)			731
IRRF sobre juros s/ capital próprio	13	207	618			(207)		618
Encargos com pessoal		88	1.043		(1.034)			97
Outros		-	25					25
Total Circulante		4.016	136.535	5	(77.868)	(207)	(53.869)	8.612

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

A variação na rubrica refere-se a créditos sobre aquisição de materiais e serviços que foram utilizados para compensação do PIS/COFINS do passivo.

5.2 ICMS - Passivo a recolher

A variação na rubrica refere-se ao imposto calculado e pago sobre a venda de mercadorias realizadas durante o exercício.

6 Tributos diferidos

Nota	Ativo				Passivo				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
PIS e COFINS	6.1	31.828	24.791	27.287	26.073	35.422	26.891	33.003	29.903
Imposto de renda e contribuição social	6.2							29.975	17.910
		31.828	24.791	27.287	26.073	35.422	26.891	62.978	47.813

6.1 PIS e COFINS

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento do Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo.

6.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais	628	1.334			(706)	(136)
Base Negativa da Contribuição Social	226	480			(254)	(49)
	854	1.814	-	-	(960)	(185)
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvii	164	10			154	10
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhist		4			(4)	1
Compromissos futuros	217.289	186.958	251.510	208.754	(12.425)	(11.891)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	307	854	244	812	21	26
Outras	3.165	2.016			1.149	1.097
Total diferenças temporárias	220.925	189.842	251.754	209.566	(11.105)	(10.757)
Total bruto	221.779	191.656	251.754	209.566	(12.065)	(10.942)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(221.779)	(191.656)	(221.779)	(191.656)		
Total	-	-	29.975	17.910		

6.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2024	2025	2026	2027	2028	Total Não circulante
45.088	44.234	44.152	44.152	44.153	221.779

7 Cauções e depósitos vinculados

	Valor líquido em				Valor líquido em
	31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2023
Cauções	1.732	1.540	212	(1.668)	1.816
Total circulante	1.732	1.540	212	(1.668)	1.816

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais			
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022		
Consumidores e concessionárias (Nota 4)													
Venda de Energia Elétrica													
EDP Trading	Controle comum	01/07/2022 a 31/12/2022		1.886							34.078	11.194	
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/04/2021 a 31/12/2023	12	9							113	129	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2022 a 31/12/2024	255	521							2.155	2.709	
Prestação de serviço													
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2018 a 31/12/2022		5							22	62	
			267	2.421	-	-	-	-	-	-	36.368	14.094	
Fornecedores (Nota 12)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP Trading	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2022					42.682	33.298			(539.285)	(311.747)	
			-	-	-	-	42.682	33.298	-	-	(539.285)	(311.747)	
Compromissos futuros													
EDP Smart Serviços	Controle comum	01/04/2021 a 31/12/2023	46	10							36	4	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2022 a 31/12/2024	1.356	1.679		853					(1.175)	2.344	
EDP Trading	Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2028			22.980		342.963	268.009	227.233	281.682	2.476	(557.386)	
			1.402	1.689	22.980	853	342.963	268.009	227.233	281.682	1.337	(555.038)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)													
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2024									4	(363)	(174)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)													
EDP São Paulo	Controle comum	01/12/2015 a 31/12/2026									2	(3)	(6)
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/12/2015 a 31/12/2026									17	(304)	(336)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2024									158	(1.005)	(1.414)
			-	-	-	-	-	-	-	-	181	(1.675)	(1.930)
			1.669	4.110	22.980	853	385.645	301.307	227.233	281.863	(503.255)	(854.621)	

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à atual sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

As partes celebraram o primeiro termo aditivo, prorrogando a vigência de 24 meses para 48 meses, a partir do dia 1º janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

Em 2020 foi assinado o contrato com vigência de 48 meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a coligada EDP - Energias do Brasil alienou a coligada Porto do Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

A Empresa celebra os contratos de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, nas modalidades atacadista e varejista, de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentada pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre Neste sentido, a empresa também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a empresa passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida no montante de R\$33.162 (R\$31.739 em 2022) registrada no resultado do exercício de 2023.

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	31/12/2022	AVP	Adição	Efeito exposição	Contrato encerrado	Parcela Realizada	31/12/2023
Compromissos futuros	64.108	6.550	130.689	(76.366)	(549)	(23.783)	100.649
PIS/COFINS Diferidos	(5.931)	(606)	(12.089)	7.064	51	2.201	(9.310)
Total	58.177	5.944	118.600	(69.302)	(498)	(21.582)	91.339
Ativo	613.983						739.733
Passivo	549.876						639.084
	64.107						100.649
Ativo -PIS/COFINS Diferido	50.864						59.115
Passivo -PIS/COFINS Diferido	56.794						68.425
	(5.930)						(9.310)

10 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos			1		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	0		5		
Outros		924	619		
Total		925	624	-	-
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			427		387
Folha de pagamento			130		128
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	0			193	57
Arrendamentos e aluguéis	10.2		149		377
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1		1.170		990
Total			1.876		1.883
				964	2.336

10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.2 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) desde 1º de janeiro de 2019, a Empresa efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Circulante						
Edifícios	377	(165)	166	-	(229)	149
	377	(165)	166	-	(229)	149
Não circulante						
Edifícios	2.098	-	(166)	106	(1.267)	771
	2.098	-	(166)	106	(1.267)	771
Total	2.475	(165)	-	106	(1.496)	920

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2024	149	11,07%
Total	149	
Não circulante		
2025	135	11,07%
2026	122	11,07%
2027	110	11,07%
2028	99	11,07%
2029	89	11,07%
2030 até 2042	216	11,07%
Total	771	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	1.445	920
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(134)	(85)

11 Imobilizado

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Empresa efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,64	1.037	(311)	726	8,13	2.533	(195)	2.338
Total Ativos de direito de uso		1.037	(311)	726		2.533	(195)	2.338
Total do imobilizado		1.037	(311)	726		2.533	(195)	2.338

11.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Empresa localizado em São Paulo.

11.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2022	Deprecia- ções	Reversão (Nota 11.2.1)	Valor líquido 31/12/2023
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.338	(116)	(1.496)	726
Total Ativos de direito de uso	2.338	(116)	(1.496)	726
Total do imobilizado	2.338	(116)	(1.496)	726

11.2.1 Edificações, obras civis e benfeitorias - Reversão

O valor de reversão refere-se ao reajuste de rateio do contrato de aluguel da sede da empresa localizada em São Paulo.

12 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica (i)	12.1	43.067	35.150
Operações CCEE	12.1	1.072	597
Materiais e serviços		5.380	450
Total		49.519	36.197

(i) O valor total de garantias de compras de energia é de R\$632 em 31 de dezembro de 2023.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Suprimento de energia elétrica e Operações CCEE

A variação no exercício refere-se principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada. Antes esses contratos estavam sob a gestão da controlada em comum EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa.

13 Dividendos

Dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelos sócios; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Empresa, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pelos sócios; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação em ata.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2022, os sócios da Empresa aprovaram o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$1.378, sendo R\$1.171 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos, tendo sido liquidados no exercício de 2023.

Em 22 de dezembro de 2023, os sócios da Empresa aprovaram o crédito de JSCP do exercício de 2023 no montante bruto de R\$4.118, sendo R\$3.500 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa em data de pagamento a ser deliberada.

JSCP de exercícios anteriores

Em ACCS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 27 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de parcela dos lucros retidos, no montante de R\$14.000.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	31/12/2022	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Recebimentos	31/12/2023
EDP - Energias do Brasil	1.171	4.024	14.000	3.500	(15.171)	7.524
	1.171	4.024	14.000	3.500	(15.171)	7.524

14 Provisões

	Nota	Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022
Provisões cíveis e trabalhistas	14.1	1	13
Total		1	13

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	12	12	(13)	(12)	1	-
Outros	1					1
Total Não circulante	13	12	(13)	(12)	1	1

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$23.704 (R\$20.556 em 31 de dezembro de 2022), composto de 4.531.000 quotas ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Foi aprovada em Alteração e Consolidação do Contrato Social - ACCS, realizada em 27 de dezembro de 2023, o aumento do Capital social da Empresa no valor de R\$3.148 com emissão de 3.148.068 novas cotas.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucros			
Legal	15.3	2.355	771
Retenção de lucros	15.4	41.741	14.977
Total		44.096	15.748

15.3 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

15.4 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados na alteração do contrato social.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A empresa negocia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Atualmente a empresa negocia a energia com os clientes em duas modalidades: Atacadista e Varejista. Na modalidade atacadista o cliente se torna um agente CCEE e possui contrato bilateral com a comercializadora para o registro de energia. Já na modalidade Varejista, a comercializadora é responsável por representar o cliente junto à CCEE.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

- **Compromissos futuros:** Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo: A receita é reconhecida pela mensuração do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2023	2022
Fornecimento - Faturado			
Energia de curto prazo		148	172
Comercialização de energia elétrica	16.1	667.903	384.025
Compromissos futuros - Marcação a Mercado	9	36.541	34.973
Outras receitas operacionais		4.928	5.113
Receita operacional bruta		709.520	424.283
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
ICMS		(81.041)	(39.895)
PIS/COFINS		(55.966)	(35.488)
ISS		(261)	(233)
		(137.268)	(75.616)
Receitas		572.252	348.667

16.1 Comercialização de energia elétrica

A variação na rubrica refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada atacadista. Antes esses contratos estavam sob a gestão da EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa no exercício de 2023.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2023				Total
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Com vendas	Gerais e administrativas	
Energia elétrica comprada para revenda	17.1	512.674				512.674
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.2		6.312	1.009		7.321
Material			1	11		12
Serviços de terceiros	18.3		2.657	5.252		7.909
Depreciação - Ativos de direito de uso				83		83
Amortização				36		36
PECLD / perdas líquidas				454		454
Arrendamentos e aluguéis			2	72		74
Outras		188	345	214		747
Total		512.862	9.317	454	6.677	529.310

	Nota	2022				Total
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Com vendas	Gerais e administrativas	
Energia elétrica comprada para revenda	17.1	306.699				306.699
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.2		5.846	747		6.593
Material			8	10		18
Serviços de terceiros	18.3		687	513		1.200
Depreciação - Ativos de direito de uso				165		165
PECLD / perdas líquidas				28		28
Arrendamentos e aluguéis				(108)		(108)
Outras		133	142	182		457
Total		306.832	6.683	28	1.509	315.052

17.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2023	2022
Energia de curto prazo		249	582
Encargo de Energia de Reserva - EER	17.1.1	11.384	5.804
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	17.1.2	831	9.503
Contratos de comercialização de energia	17.1.3	551.947	322.843
Outros		519	(765)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(52.256)	(31.268)
		512.674	306.699

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1.1 Encargo de Energia de Reserva - EER

A variação na rubrica refere-se ao aumento de contratos de comercialização de energia (Nota 18.1.3), como houve mais volume comercializado no mercado, a empresa paga mais EER, esse encargo é cobrado com base no volume de energia comercializado.

17.1.2 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A variação na rubrica refere-se ao fato de que, apesar do aumento do volume comercializado, o encargo para o exercício de 2022 foi significativamente mais baixo devido a uma melhora no cenário hídrico. O valor por MWh do ESS foi menor, pois a melhora do cenário hídrico gera fontes mais econômicas, além de reduzir o PLD médio também abaixo do custo de encargos de serviços de sistema cobrados. Mesmo com o aumento do volume de energia comercializada, não foi suficiente para causar um aumento como ESS.

17.1.3 Contratos de comercialização de energia

A variação na rubrica refere-se, principalmente, pelo aumento no volume de energia comercializada no Ambiente de Comercialização Livre. A Empresa vem operando com os contratos de comercialização com cliente final no ambiente livre, aumentou a composição de sua carteira de clientes e contratos.

17.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	3.424	3.310
Encargos	1.174	1.130
Previdência privada - Corrente	141	114
Programa de demissão voluntária		2
Despesas rescisórias	29	47
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	609	776
Outros benefícios - Corrente	909	553
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	2	4
Outros	73	69
	<u>6.361</u>	<u>6.005</u>
Administradores		
Honorários e encargos	753	522
Benefícios dos administradores	207	66
	<u>960</u>	<u>588</u>
	<u>7.321</u>	<u>6.593</u>

18.3 Serviços de terceiros

	Nota	2023	2022
Serviços de consultoria	18.3.1	5.554	148
Serviços de informática		299	161
Serviços de telecomunicações		507	
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria		24	84
Serviços Compartilhados		387	209
Outros		1.138	598
		<u>7.909</u>	<u>1.200</u>

18.3.1 Serviços de consultoria

A variação é decorrente de serviços com *royalties* sobre o uso da marca EDP, valor à ser pago para EDP Portugal.

18 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.456	960
Energia vendida		5	2
Juros e multa sobre tributos	5	121	125
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(229)	(90)
Outras receitas financeiras		770	335
		<u>3.123</u>	<u>1.332</u>
Despesas financeiras			
Juros e multa sobre tributos	5	(5)	(1)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1	(1)	(2)
Arrendamentos e aluguéis	10.2	(106)	(215)
Outras despesas financeiras		(31)	(59)
		<u>(143)</u>	<u>(277)</u>
Total		<u>2.980</u>	<u>1.055</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. A Empresa optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	45.922	34.670
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(15.613)	(11.788)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Doações		(3)
Juros sobre o capital próprio	1.400	469
Outras	(27)	(14)
Despesa de IRPJ e CSLL	(14.240)	(11.336)
Alíquota efetiva	31%	33%

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

	Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	12.695	12.127	12.695	12.127
Contrato de compromisso futuro		Nível 2	739.733	245.068	739.733	245.068
			<u>752.428</u>	<u>257.195</u>	<u>752.428</u>	<u>257.195</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.601	3.005	1.601	3.005
Consumidores e concessionárias	4	Nível 2	49.638	39.146	49.638	39.146
Cauções	7	Nível 2	1.816	1.732	1.816	1.732
Outros créditos - Partes relacionadas		Nível 2		5		5
			<u>53.055</u>	<u>43.888</u>	<u>53.055</u>	<u>43.888</u>
Total			<u>805.483</u>	<u>301.083</u>	<u>805.483</u>	<u>301.083</u>
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Contrato de compromisso futuro		Nível 2	639.085	549.876	639.085	549.876
			<u>639.085</u>	<u>549.876</u>	<u>639.085</u>	<u>549.876</u>
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	49.519	36.197	49.519	36.197
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Nível 2		181		181
Arrendamentos e alugueis	10	Nível 2	905	2.533	920	2.475
			<u>50.424</u>	<u>38.911</u>	<u>50.439</u>	<u>38.853</u>
Total			<u>689.509</u>	<u>588.787</u>	<u>689.524</u>	<u>588.729</u>

20.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

20.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

20.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

20.1.2.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Empresa refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A empresa não efetua transação de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

20.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Empresa está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

20.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.084	245	-	245	60	120	(61)	(122)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	9.611	-	-	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.816	19	-	19	4	9	(5)	(9)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	14.511	264	-	264	64	129	(66)	(131)
Compromissos futuros	PLD	739.733	-	(750.236)	(750.236)	(280.301)	(557.704)	274.505	551.907
Instrumentos financeiros passivos	PLD	739.733	-	(750.236)	(750.236)	(280.301)	(557.704)	274.505	551.907
Compromissos futuros	PLD	(639.085)	-	647.539	647.539	276.628	554.031	(278.178)	(555.580)
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(639.085)	-	647.539	647.539	276.628	554.031	(278.178)	(555.580)
		100.648	-	(102.697)	(102.697)	(3.673)	(3.673)	(3.673)	(3.673)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou intervalos entre 8,0% e 11,7% a.a.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Consumidores e Concessionárias (Nota 4). A Empresa em 31 de dezembro de 2023 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					31/12/2022		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	49.084	435					49.519	36.197
Outras contas a pagar - Partes relacionadas							-	181
Arrendamentos e aluguéis	13	13	132	555	732	(525)	920	2.475
Compromisso futuro	31.305	62.985	267.852	354.612		(77.669)	639.085	549.876
	80.402	63.433	267.984	355.167	732	(78.194)	689.524	588.729

20.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

A Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023, todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA. Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa não possuía saldo aplicado.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas, quando aplicável, não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Empresa tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Empresa. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Empresa, em seus contratos, apresenta cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP – Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Empresa possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos.

20.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.296)	(15.132)
Dívida líquida	(16.112)	(15.132)
Total do Patrimônio Líquido	67.800	58.260
Total do capital	51.688	43.128
Índice de alavancagem financeira - %	-31,17%	-35,09%

21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

21.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023				
		Efeito não caixa				
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	1.171	(15.171)		21.524	7.524	
Arrendamentos e aluguéis	2.475	(165)	106	(1.496)	920	
Acionistas não controladores						
Capital social	20.556			3.148	23.704	
	24.202	(15.336)	106	23.176	32.148	
		2022				
		Efeito não caixa				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Não auditado						
Dividendos	-			1.171	1.171	
Arrendamentos e aluguéis	463	(312)	215	2.109	2.475	
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	5.300			(5.300)	-	
Capital social	4.531	10.725		5.300	20.556	
	10.294	10.413	215	3.280	24.202	

21.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	21.524	
Aumento de capital com integralização de AFAC		5.300
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(1.496)	2.109
Total	20.028	7.409

22 Compromissos contratuais

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	31/12/2023			31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	Total geral	Total geral
Materiais e serviços	5.534	4.449	1.278	11.261	1.703
	5.534	4.449	1.278	11.261	1.703

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023			31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	Total geral	Total geral
Materiais e serviços	5.367	4.786	1.527	11.680	1.685
	5.367	4.786	1.527	11.680	1.685

23 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		
Seguro de vida	5.910	(*)	4.635	(*)

(*) Na Empresa, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Empresa, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e

(ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Andre Renno Oliveira Costa
Diretor

Diogo Franzon Baraban
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptistiano
Contadora - CRC 1SP328362/O-5